

Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 93/94: 9-20, dez.1998

SAÚDE DOS TRABALHADORES E MEIO AMBIENTE EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Raquel Maria Rigotto

Professora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará.

RESUMO

Quais os rebatimentos da Globalização e da Reestruturação Produtiva sobre a saúde dos trabalhadores e o meio ambiente? Para identificar as principais tendências neste sentido, este artigo apresenta algumas características daqueles macro-processos - como a incorporação de novas tecnologias e novas formas de organizar o trabalho, a flexibilização e a focalização da produção, a desterritorialização do capital, a financeirização da economia, a emergência de novos atores globais e a crise do estado nacional, a assimetria. Descreve as conseqüências deste processo no mundo do trabalho, enfatiza a fragmentação da classe trabalhadora e o agravamento da exclusão social. Relaciona as mudanças urbanas, as transformações no processo de trabalho e a difusão ampliada dos riscos industriais-ambientais como mediadoras dos rebatimentos da Globalização e da Reestruturação Produtiva sobre a saúde humana e o meio ambiente.

Palavras-chaves: Globalização, Reestruturação produtiva, Saúde dos trabalhadores, Meio Ambiente.

O cenário

Contempla-se, como fruto da modernidade, nesta virada de milênio, o espetáculo dos avanços científicos e tecnológicos da civilização humana nos últimos duzentos ou trezentos anos. Nossos pais ou avós, que cruzaram este século que agora finda, testemunharam a difusão do uso da eletricidade, o surgimento do rádio e da televisão, a invasão dos motores à explosão, a bandeira americana sendo fincada no solo da Lua, o telefone e, ultimamente, a expansão da informática e da microeletrônica, revolucionando os conceitos de tempo e distância, a comunicação, a produção, os nossos modos de vida. A população mundial cresceu, a maioria é melhor alimentada, mais alta e mais pesada, mais longeva. Somos muito mais capazes de produzir bens e serviços. A humanidade é muito mais culta (HOBSBAWM, 1995).

Testemunham-se, porém, também os limites do projeto moderno - centrado na racionalidade, na técnica e na ciência - para resolver problemas fundamentais da humanidade. Mesmo sabendo que a avalanche de números muitas vezes banaliza os problemas e oculta o sofrimento humano, vale lembrar que mais de um bilhão de pessoas vivem em pobreza absoluta, 900 milhões de adultos são analfabetos, 100 milhões de pessoas não tem casa, 150 milhões de crianças menores de 5 anos são desnutridas... (United Nations Development Programm / UNDP, 1990). Há ainda os problemas ambientais gerados pela sociedade urbano-industrial - como o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio, as chuvas ácidas, a produção de milhares de poluentes da água, do solo e do ar, o acúmulo de lixo tóxico e a exploração intensiva de recursos naturais não-renováveis - que colocam sob ameaça a sobrevivência do Planeta.

A globalização e a reestruturação produtiva

É exatamente neste cenário de modernização conservadora (MATTOSO, 1995) que surgem mudanças profundas na vida social e nos processos de trabalho, as quais vem sendo estudadas como Reestruturação Produtiva, ou Reconversão Econômica, ou Nova Ordem Econômica Mundial, ou Terceira Revolução Industrial.

Falar em Terceira Revolução Industrial pode invocar em nosso imaginário uma paisagem arrojada e futurista: robôs, máquinas de comando numérico, manufaturas e desenhos ajudados por computador, programas de controle de qualidade, ISO 9000, reengenharia...

Mas ela é mais que o fetiche tecnológico. Está claro que a Reestruturação Produtiva é um processo econômico, político e cultural em curso, de grande dinamismo e alta complexidade, acontece em escala planetária e em ritmo intenso, exigindo a inserção de todos. Estruturalmente vinculada à Globalização, estes dois processos tem sido conduzidos pelas forças hegemônicas em âmbito internacional, representando a mais recente configuração do capitalismo - a qual converte o sistema mundial em espaço de acumulação - apontando para profundas repercussões sobre a vida social (CARVALHO, 1997a). Dai a importância de estudar este processo, verificar suas reais dimensões; identificar, em essência, suas potencialidades, para buscar interferir nele. A seguir apresentam-se algumas das características ou tendências que já se configuram:

Tecnologia e organização do trabalho

Apropria-se dos avanços da microeletrônica e da incorporação da informática aos processos de produção para garantir produtos de melhor qualidade e maior competitividade no mercado. Modifica as rígidas formas Taylorista e Fordista de organizar o trabalho nas empresas, sob forte influência do modelo Toyotista japonês, reduzindo os níveis hierárquicos, buscando mais iniciativa e participação do trabalhador no processo (FERREIRA, 1993).

Novas modalidades de trabalho e novas relações de trabalho

Expandem-se novas modalidades de trabalho, como o autônomo, o tempo parcial, o temporário, a domicilio etc. No campo das relações de trabalho, "verifica-se a implementação de políticas que visam impor ao empregado uma nova identidade, configurada na relação entre indivíduo-empresa e forjada através de diferentes estratégias de interação na disputa pela lealdade do trabalhador" (NEVES, s.d.).

Mundialização da produção/desterritorialização do capital

Desconcentra geograficamente a produção, aproveitando-se das facilidades de transporte oferecidas pela globalização: organiza a fabricação de componentes a partir de atividades em diversos países, usufruindo de vantagens comparativas no acesso a recursos naturais e matérias-primas, isenções oferecidas pelos governos, características da mão-de-obra local - qualificação, custo etc. (CARVALHO, 1997a).

Focalização da produção

A grande empresa tende a ser substituída por estabelecimento menor, que centra sua atividade naquilo que é a sua excelência (por exemplo, o motor do carro). As demais partes do processo produtivo são delegadas a outras empresas, as terceirizadas. Estas empresas, as vezes, são implantadas numa mesma área geográfica, formando um condomínio de empresas (GONÇALVES, s.d.).

Especialização flexível

A competitividade baseia-se na identificação e na produção de bens não padronizados, voltados para nichos de mercado ou atende, aparentemente, aos desejos do consumidor individual. Em oposição a produção de bens em massa, supõe uma planta industrial flexível, com máquinas universais programáveis e operadas por trabalhadores desespecializados, qualificados e polivalentes (ANTUNES, 1996¹).

Financeirização da economia

Há um domínio do capital financeiro, operando como "dinheiro volátil", por meio de redes e circuitos informatizados globais, cerca de 1,4 trilhões de dólares por dia, em detrimento do investimento produtivo. Mesmo as corporações tipicamente industriais tem as aplicações financeiras como um elemento central do processo de acumulação (CARVALHO, 1997a).

Emerção de novos atores globais e crise do Estado Nacional

Articuladas ao neoliberalismo, estas transformações tem sido conduzidas pelos interesses diretos de novos e poderosos atores sociais, refletindo acelerada concentração do capital, como os 358 grandes conglomerados e grupos transnacionais que controlam 40% da riqueza mundial e controlam 80 a 90% das tecnologias. Com este poderio econômico e aproveitando-se das fragilidades dos sistemas de governo mundial, têm prescindido e até inibido a participação reguladora do Estado ou do conjunto da sociedade civil na definição e implantação de políticas (RATTNER, 1997), criando o que vem sendo denominado de crise dos estados nacionais.

Assimetria

Sob a cortina de um mundo globalizado, de uma suposta "aldeia global" homogeneizada pela superação dos limites do espaço/tempo, esconde-se um processo estruturalmente assimétrico. Ele designa papéis e limites específicos a cada povo/segmento ou país/região/localidade, mediante nova divisão internacional do trabalho, aprofundando as desigualdades inter e intranacionais. Os países industrializados passaram a ser exportadores de tecnologia científica e muitos "países subdesenvolvidos" passaram a ser os "novos países industrializados", num processo desigual tanto do ponto de vista socioeconômico quanto ambiental, no tocante à distribuição dos riscos ambientais e ocupacionais (RODRIGUES apud SOBRAL, 1997). O Brasil, como outros países periféricos, está buscando seu ajuste a esta nova ordem mundial, de acordo com o caminho prescrito pelo Banco Mundial e o FMI no Consenso de Washington: privatização, redução do Estado, abertura comercial, desregulação dos mercados etc. Mas, por esta proposta, serão integrados apenas os setores, os pólos dinâmicos que podem atingir os padrões de competitividade exigidos. Para os demais, não há propostas, não há horizontes (BACELAR, 1997).

Que conseqüências deste processo podem ser esperadas e observadas no mundo do trabalho?

De fato, tendo como base concreta a incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais à esfera produtiva, esta revolução abre possibilidades técnicas muito importantes, como é a fantástica ampliação da comunicação humana em tempo real, representada hoje pela Internet. Outro exemplo é a oportunidade de usar as novas tecnologias para eliminar o trabalho humano em funções insalubres, penosas ou destituídas de conteúdo significativo, libertando trabalhadores do sofrimento, da doença e da morte no trabalho. Mais do que isto: olhares otimistas sobre a trajetória histórica da humanidade tentam explorar neste processo a oportunidade de realização de parte da utopia moderna, rumo à emancipação dos seres humanos do jugo do trabalho: as máquinas trabalhariam enquanto as pessoas se dedicariam ao lazer, à preguiça, à criação, às artes, à vivência solidária.

Mas a questão é mais complexa e precisa ser contemplada também por outros ângulos. A Reestruturação Produtiva rompe com a hegemonia do Estado e o capitalismo de bem-estar do pós-guerra e afeta o interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas. Estas mudanças estão ocorrendo sem rupturas significativas com a cultura da acumulação, da exploração irresponsável da natureza e injusta dos homens. Também não se tem verificado, na maioria dos países, a necessária regulação por parte do Estado: dar direcionalidade e racionalidade a este processo, buscando as melhores alternativas de inserção do país nesta nova ordem mundial, na perspectiva do conjunto de seus cidadãos. Tendem a prevalecer, até o momento, os interesses do capital de se rearranjar por maior competitividade, questionando direitos e conquistas dos trabalhadores e das sociedades democráticas (MATTOSO, 1995).

Surgem, assim, novos problemas para o mundo do trabalho: efeitos sobre o nível e composição dos empregos, sobre as qualificações requeridas ao trabalhador, o valor dos salários e sua relação com a massa de lucro apropriada pelas empresas, as condições de trabalho, a gestão e controle da mão-de-obra e as relações sindicais (DIEESE, 1994).

Outras revoluções já chacoalharam o mundo do trabalho em nossa História. Esta última produz o desemprego estrutural, resultante da desregulação da concorrência e dos

mercados, da ausência de políticas macroeconômicas apropriadas, dos efeitos da globalização financeira sobre o investimento e o crescimento econômico (MATTOSO, 1995).

Como dimensão da insustentabilidade deste processo, evidencia-se a transformação de boa parte dos seres humanos que vivem do trabalho em redundantes: um bilhão de desempregados no mundo de hoje confundem-se com os excluídos do acesso e do gozo de direitos e benefícios sociais mínimos. Número crescente da população - brasileira e mundial - torna-se desnecessária para o processo produtivo, o que significa falta de acesso a bens e serviços públicos, à informação e à cultura e, na falta de políticas sociais eficientemente compensatórias, a fome e até a morte (RATTNER, 1996).

Mais do que isto, consolida-se um brutal aprofundamento da fragmentação da classe trabalhadora, retalhando-a em segmentos com perfis de vida muito diferenciados, como se vê a seguir:

- * os empregados das empresas de ponta,**
- * os empregados das "terceiras" ,**
- * o diversificado e crescente contingente dos trabalhadores no mercado informal e**
- * os excluídos, não só do mercado de trabalho, mas também das políticas públicas, da identidade cultural, da participação e da representação política.**

Há, evidentemente, uma lógica que articula estes segmentos. Ao cenário de modernidade e sofisticação tecnológica das empresas de ponta articula-se - não como efeito colateral indesejável, mas como um dos paradigmas constitutivos deste processo - o universo das "terceiras". Na maioria dos casos, em vez de representarem um esforço articulado entre a grande e a pequena empresa no sentido de qualificar fornecedores e aumentar a qualidade dos produtos - o padrão reestruturante de terceirização, consistem de estratégias restritivas de externalização das atividades para redução de custos via precarização das relações e condições de trabalho, somada à diminuição do nível de remuneração e na perda de parte dos benefícios sociais - o padrão predatório de terceirização (DIEESE, 1994).

Faz também parte deste cenário o grande e diversificado grupo de trabalhadores do mercado informal, que inclui desde os trabalhadores ligados à indústria de calçados, por exemplo, e que desenvolvem suas atividades em casa; ou os de confecções ligados a "fácções" ; os camelôs, lavadores e vigias de carros nas grandes cidades; as mulheres não remuneradas no seu trabalho cotidiano de cuidar das crianças, dos idosos, dos deficientes; as crianças obrigadas precocemente ao trabalho, e tantos outros, que chegam a se igualar com a população economicamente ativa inserida no mercado formal de trabalho, ou, em algumas regiões, superam-na.

Para completar este quadro, qualificado como modernização conservadora exatamente por seus graves impactos sociais, é preciso ainda trazer à cena outro grupo de trabalhadores, de fronteiras nebulosas com o anterior, que é o dos excluídos, dos desempregados, dos sem-terra, dos jovens e idosos que não conseguem acesso ao mercado de trabalho, das famílias subjugadas ao trabalho escravo no ermo das carvoarias ou das plantações de cana, dos famintos das grandes cidades, das correntes migratórias em busca de trabalho. A eles vêm juntar-se trabalhadores demitidos nos processos de enxugamento das empresas - não só os menos qualificados, mas também supervisores e chefias intermediárias; categorias que se extinguem - bancários, por exemplo, de 1.700.000 trabalhadores em 1990 para 400.000 em 1995 etc.

Parece, assim, que mais duas características ou tendências devem ser acrescentadas à Reestruturação Produtiva, pela forma como vem sendo conduzida em especial nos países periféricos:

Aprofundamento da fragmentação da sociedade
(CARVALHO, 1997b, NEVES, s.d.).

Consolidam-se segmentos com pouca mobilidade entre si, com níveis de vida muito desiguais, ao tempo em que, pela ampliação estrutural do desemprego, condena parte

considerável da população à condição de desnecessária ao mercado de trabalho e de consumo - os excluídos.

Agravamento da questão social, ampliação da exclusão e ameaça à coesão social

Agravam-se os mecanismos geradores de desigualdades entre os segmentos sociais, ao aprofundar o abismo entre ricos e pobres. Em 1991, um "quinto mais rico da população do mundo apropriava-se de 84,7% do PIB mundial, enquanto um quinto mais pobre estava reduzido a 1,4%. Em 30 anos, a disparidade das rendas entre estes dois extremos passou, de 30 por um, para 60 por um" (SACHS,1995). Este quadro aponta para o aumento da heterogeneidade no interior das macrorregiões, coexistindo áreas dinâmicas e "integradas" com outras estagnadas (BACELAR, 1997) - o que, somado aos diversos mecanismos de quebra dos laços de solidariedade de classe no mundo do trabalho, coloca em xeque a própria sociabilidade do sistema.

Quanto à dinâmica política da sociedade, entram em rigoroso questionamento as formas tradicionais de representação e defesa de interesses. O setor privado aperfeiçoa seu desempenho na disputa pela adesão dos trabalhadores, apelando à sua subjetividade para criar novos laços de identidade entre empresa e empregados. Os sindicatos de trabalhadores, de maneira geral, tem encontrado muitas dificuldades diante da magnitude do desafio, hoje, da defesa do emprego e dos salários, num quadro de redução da massa de trabalhadores formalmente empregados e da modificação de seu perfil. Apesar do esforço de algumas entidades em compreender o processo mais geral em curso e redirecionar suas práticas, não tem sido simples, num contexto que tende a minar a solidariedade, adotar uma visão de classe social que ultrapasse os limites da corporação de ofício e avance na interlocução com a sociedade (ANTUNES, 1996²). São poucas as experiências bem sucedidas, por exemplo, de incorporação do universo dos trabalhadores terceirizados à agenda sindical. Há também a questão dos trabalhadores do mercado informal, com maiores dificuldades ainda de desenvolver formas ou instâncias de organização que tragam suas questões para a agenda social. Os horizontes apontam para a diversidade dos movimentos sociais e para o crescimento das Organizações Não-Governamentais, ampliando o leque de questões em debate - gênero, etnias, homossexualismo, ambiente, entre outras - e para a possibilidade de atuação articulada entre elas.

Como a Globalização e a Reestruturação Produtiva rebatem sobre o campo da saúde dos trabalhadores e do meio ambiente? Que tendências podem ser observadas?

A saúde humana, hoje, é profundamente marcada pela forma como se vive, no Brasil e no mundo, o processo de Globalização e de Reestruturação Produtiva, mediado pelas mudanças urbanas, as transformações no processo de trabalho e a difusão ampliada dos riscos industriais-ambientais. O modo de vida desenhado por este modelo redefine os padrões de saúde-doença das populações:

"A incorporação de milhares de novas substâncias químicas, o aumento das plantas industriais, dos volumes produzidos e transportados e da aplicação de diversas formas de energia trouxeram, indubitavelmente, a ampliação da grandeza e do alcance dos impactos sócio ambientais das atividades humanas nas sociedades contemporâneas. Assim, os padrões de produção e consumo passaram a definir, cada vez mais profundamente, tanto o estado das águas, do ar, dos solos, da fauna e flora, quanto as próprias condições da existência humana: seus espaços de moradia e de trabalho, seus fluxos migratórios, as situações de saúde e de morte." (FRANCO e DRUCK,1997: 25)

Estas autoras apontam que, nos espaços urbano-industriais - que hoje concentram mais de dois terços da população, rompem-se as fronteiras entre o ambiente intra e extra-fábrica, como demonstram os acidentes industriais de grande porte. Os riscos gerados na atividade produtiva expandem seu raio de ação, movimentam-se pelo espaço geográfico por meio de dutovias e outros meios de transporte, ampliando a população a eles exposta. A biotecnologia e novos materiais geram novos meios de agressão aos mecanismos de

regulação da biosfera e lesam os organismos humanos com efeitos cumulativos que podem resultar em mutagênese, teratogênese, carcinogênese (FRANCO e DRUCK, 1997).

Por outro lado, as doenças infecto-contagiosas emergentes, como a AIDS, e as re-emergentes, como a tuberculose, a dengue e o cólera, vem nos lembrar o duplo perfil de morbi-mortalidade dos países periféricos, onde elas se associam às doenças crônico-degenerativas e ao crescimento das causas externas, como a violência, os acidentes de trânsito e de trabalho e as intoxicações de origem ambiental ou ocupacional. É o registro, no corpo das pessoas, da perversa sobreposição de padrões de pobreza e miséria aos padrões "modernos" de desgaste da saúde (MINAYO, 1995).

Assim, é possível identificar vários rebatimentos deste processo sobre a saúde que são comuns ao conjunto da classe trabalhadora. Outros, entretanto, devem ser compreendidos na especificidade da inserção do segmento de classe considerado naquele processo, como se vê a seguir.

Tendências comuns ao conjunto dos trabalhadores

Retrocesso nas Políticas Sociais, como tem sido visto na questão da Previdência Social ou do financiamento do Sistema Único de Saúde, com sérios impactos sobre a qualidade da atenção prestada à saúde da população.

A disputa entre os governos pela instalação de plantas industriais, apresentadas à sociedade como soluções para o desemprego, na maioria das vezes não considera seus impactos sobre o meio ambiente e as condições de trabalho, podendo levar a maior degradação ambiental e à geração de mais situações de risco.

Tendência ao deslocamento dos empreendimentos para cidades de menor porte, sem tradição industrial, ampliando os territórios expostos a tensões ambientais e a riscos ocupacionais, sem a correspondente capacitação do poder público e dos organismos da sociedade civil para seu controle.

Tendência à "privatização" do controle ambiental, relegado às leis do mercado e à iniciativa privada, sem participação do Estado ou da sociedade civil, como no caso dos sistemas de certificação ISO 14000 e 9000 (SOBRAL, 1997; VILELA & IGUTI, 1997).

Flexibilização das relações de trabalho, com tendência a retrocessos dos direitos conquistados e reconhecidos na legislação trabalhista, como as formas de contratação e a jornada de trabalho, com a possibilidade de intensificação do desgaste dos trabalhadores.

Terceirização - cresce o número de trabalhadores ligados ao setor de serviços, onde estão expostos a riscos ocupacionais mais relacionados à carga mental e psíquica, agentes ergonômicos etc.

Introdução de novas matérias-primas, produtos, tecnologias e formas de organizar o trabalho ainda não suficientemente avaliados quanto aos seus efeitos nocivos à saúde, à segurança e ao ambiente.

Maior dedicação de energia do trabalhador ao trabalho: exigência de qualificação permanente, de participação na construção da competitividade da empresa.

Relações no trabalho e sociais mais competitivas. Quebra dos laços de solidariedade, maior individualismo, maior solidão. Maior dificuldade para a ação coletiva e sindical, quanto às iniciativas dos sujeitos em defesa da saúde no trabalho e do meio ambiente.

Tendência ao crescimento da violência, pelo agravamento da questão social, com os seus reflexos sobre o perfil de morbi-mortalidade da população: assaltos, homicídios, dependência de drogas, gangs urbanas, delinquência juvenil e acidentes de trânsito.

Tendências nas empresas de ponta

No tocante às relações de trabalho, as exigências de qualidade neste setor tornam necessária maior adesão dos trabalhadores ao projeto da empresa, fazendo emergir a proposta da parceria. Abrem-se assim, para algumas categorias com maior tradição de organização, maiores possibilidades de conversa entre empresários e trabalhadores, reconhecendo, de um lado, a existência de identidades e interesse distintos, ao procurar espaços de negociação delimitados pelo interesse comum na manutenção do emprego/sobrevivência da empresa. Neste segmento, podem ser observados alguns avanços na contratação coletiva do trabalho, na negociação madura da redução e da flexibilização da jornada de trabalho, com ganhos para os trabalhadores na manutenção do emprego e não-redução do salário. Há alguma abertura para ultrapassar limites impostos pela CLT e pelos padrões tradicionais de relação: pode-se, por exemplo, negociar a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais e as condições de trabalho (DIEESE, 1994). Entretanto, existem muitos problemas para este grupo de trabalhadores.

Com a introdução de inovações tecnológicas e, em especial, de novas formas de organizar o trabalho, surge a exigência de um novo perfil do trabalhador. O saber já possuído por ele não interessa mais, há demanda de aquisição permanente de novos conhecimentos, somada à exigência de polivalência.

Possibilidade/exigência de maior iniciativa e criatividade do trabalhador no processo de trabalho. Substituição do controle de chefias e hierarquias por novas formas de controle.

Nem sempre a maior qualidade do produto e produtividade implicam a melhoria da qualidade de vida e da qualidade do trabalho. Tendência ao controle dos riscos ocupacionais mais "selvagens", com possível redução dos acidentes do trabalho, inclusive os fatais e das doenças profissionais clássicas. Entretanto, podem persistir exposições a riscos ocupacionais em baixas dosagens, levando a efeitos crônicos e de longa latência, de identificação mais difícil para os níveis atuais de desenvolvimento do conhecimento. Podem-se manifestar "outros efeitos" dos riscos ocupacionais já existentes, como os neurocomportamentais, reprodutivos e até o câncer (DIAS e LINO, 1996). Podem surgir novos riscos e agravos em relação às novas formas de organizar o trabalho (stress, hipertensão arterial, LER, sofrimento psíquico, doenças mentais).

Permanecer numa empresa após um "enxugamento" pode trazer experiências e sentimentos que questionam a identidade do trabalhador: que valor tenho para a empresa? Em que medida meus esforços e os dos colegas estão sendo reconhecidos? Até onde vai o compromisso da empresa conosco?

O medo da demissão assola os trabalhadores e gera profunda insegurança quanto ao futuro. Ele sobrepõe-se à preocupação permanente em "garantir-se" no emprego, num clima de "salve-se quem puder" que deteriora as relações humanas no trabalho e submete os trabalhadores a um cotidiano estressante.

Tendência à redução da jornada de trabalho, com repercussões sobre tempo de lazer, convivência familiar e social, hábitos culturais.

Possibilidade de reflexo sobre o perfil de morbi-mortalidade: acentuar tendência já verificável de aumento das doenças mentais, psicossomáticas, cardiovasculares e crônico-degenerativas.

Tendências na terceirização predatória

Já no segmento das "terceiras" o que se observa é a implantação do padrão predatório de terceirização, deixando de cumprir até mesmo os preceitos da CLT e precarizando as relações e condições de trabalho. Várias categorias têm denunciado a proposta empresarial de parceria de mão única, voltada para a flexibilização de direitos sem negociação de ganhos também para os trabalhadores. O desemprego crescente pressiona o trabalhador empregado a aceitar... Os sindicatos vão se enfraquecendo, fragmentados entre diversas categorias/entidades numa mesma empresa.

Condições de trabalho já precárias, agravadas pela redução de custos com pessoal, segurança, prevenção, treinamentos.

Tendência à redução dos benefícios sociais, como fornecimento de transporte, alimentação etc.

Os convênios de assistência médica podem ser revistos, em favor de grupos que ofereçam menores preços, em detrimento da qualidade do serviço prestado. Há a possibilidade de suspender também este tipo de benefício, empurrando os trabalhadores para o sistema público, no qual a prestação de serviços encontra-se prejudicada pelas dificuldades de financiamento.

Intensificação de ritmos de trabalho, prolongamento das jornadas, aumentando o tempo de exposição aos riscos ocupacionais e o desgaste dos trabalhadores.

Exposição profissional a altas doses de agentes tóxicos, com efeitos agudos e de curta latência, paralela à exposição a baixas doses, com efeitos crônicos e de longa latência. Alta incidência de acidentes de trabalho, inclusive fatais, e das doenças profissionais clássicas (DIAS e LINO, 1996).

Deterioração da qualidade de vida: redução do número de horas de sono e repouso, baixa qualidade alimentar e de moradia.

Possibilidade de reflexo sobre o perfil de morbi-mortalidade: manutenção ou aumento das doenças infecto-contagiosas, parasitárias e carenciais, superpondo-se as crônico-degenerativas e da violência, reforçando o duplo perfil epidemiológico.

Excluídos

O agravamento da questão social aponta para a deterioração progressiva das condições de sobrevivência em todos os seus aspectos. A isto soma-se a limitação e a ineficiência das políticas sociais de mitigação da miséria.

Taxas de mortalidade infantil elevadas, expectativa de vida inferior à dos outros grupos sociais, desnutrição, doenças infecto-contagiosas emergentes e reemergentes.

Exposição a condições socioambientais mais precárias: moradia em áreas de risco, vivência nos centros e periferias das grandes cidades, com seus riscos de poluição e violência, em particular para as mulheres e as crianças (prostituição, drogas, gravidez em adolescentes, doenças sexualmente transmissíveis etc.).

Degradação intensa da dignidade humana, com repercussão na identidade dos indivíduos, na coesão das famílias, no futuro dos jovens.

O sofrimento psíquico do desempregado: o constrangimento, a crise de identidade, a perda da auto-estima, a depressão e até o suicídio (SELIGMAN, 1997³).

À guisa de conclusão: novas perguntas

Não seria correto cair no determinismo tecnológico e execrar as novas tecnologias como os demônios responsáveis por nossos males. Os impactos das tecnologias dependem das políticas sociais que acompanham sua implantação (NEVES, 1991). Quais as nossas finalidades? Guattari nos interpela:

"A do desemprego, da marginalidade opressiva, da solidão, da ociosidade, da angústia, da neurose, ou a da cultura, da criação, da pesquisa, da reinvenção do meio ambiente, do enriquecimento dos modos de vida e de sensibilidade" (GUATTARI, 1990).

Se queremos usufruir coletivamente dos potenciais benefícios da tecnologia, teremos de encontrar e viabilizar respostas para muitas perguntas. Como garantir o sustento de milhões de trabalhadores tornados desnecessários ao processo produtivo? Como aproveitar estas

possibilidades para melhorar a qualidade de vida no trabalho - enriquecendo seu sentido humano - e fora dele? Como construir a via da inclusão? Como dar sentido às nossas vidas sem a ética do trabalho, que tem nos regido há séculos?

Há quem diga que estamos nos umbrais de uma nova era: privilégio estar vivo, testemunhar e poder influenciá-la! Se o devir é aberto, se os caminhos da História não estão predeterminados, então podemos participar no desenho do futuro: a perplexidade se transforma em desejo de descobrir jeitos de aproveitar destes avanços da modernidade para reinventar e construir, juntos, modos de vida mais humanizados, mais solidários, mais ricos...

"Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura da opção. A grande força sobre que deve alicerçar-se a nova rebeldia e a ética universal do ser humano e não a do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e aberta apenas à gulodice do lucro. É a ética da solidariedade humana" (FREIRE, 1997)

Referências bibliográficas

- BACELAR, Tânia. Herança de Diferenciação e Futuro de Fragmentação. *Estudos Avançados*. São Paulo, 11(29): 7-36, 1997.
- CARVALHO, Alba M. Pinho. O Processo de Globalização e seus Rebatimentos no Estado. Conferência proferida no I Congresso de Assistência Social da Amazônia. Belém do Para, 1997a. mimeo.
- CARVALHO, Alba M. Pinho. A Globalização e o Desafio da Questão Social. Conferência proferida no XIV Congresso Brasileiro de Economia Doméstica. Fortaleza, 1997b. mimeo.
- DIAS, Elizabeth; LINO, Domingos. Globalização e a Saúde e Segurança dos Trabalhadores. *Boletim LEAD Brasil*. São Paulo, nº 6, jan-mar 1996.
- DIEESE. *Trabalho e Reestruturação Produtiva: 10 Anos de Linha de Produção*. São Paulo: DIEESE, 1994.
- FRANCO, T.; DRUCK, G. A degradação do trabalho e os riscos industriais no contexto da Globalização, Reestruturação Produtiva e das políticas Neoliberais. In: FRANCO, T. (org.). *Trabalho, riscos industriais e meio ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável?* Salvador: EDUFBA/CRH/FFCH/ UFBA, 1997. pp. 15-32.
- FERREIRA, C.G. O fordismo, sua crise e o caso brasileiro. *Cadernos do CESIT- Texto para discussão nº 13*. Campinas: CESIT, 1993.
- FREIRE, P. Globalização Ética e Solidariedade. In: DOWBOR, L; IANNI, O; RESENDE, P.E. *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. pp. 248-251.
- GONÇALVES, Carlos Augusto. *Reestruturação Produtiva e Ação Sindical*. São Paulo: DESEP/CUT, s.d. mimeo.
- GUATTARI, Felix. *As Três Ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos - o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- MINAYO, M.C.S. (org.). *Os muitos Brasís - Saúde e População na década de 80*. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1995.
- NEVES, Magda. Mudanças Tecnológicas e Organizacionais e os Impactos sobre o Trabalho e a Qualificação Profissional. Palestra proferida na 6ª Conferência Brasileira de Educação. São Paulo, 1991. mimeo.
- NEVES, Magda. *Reestruturação Produtiva e Estratégias no Mundo do Trabalho: as Conseqüências para os Trabalhadores*. Belo Horizonte: s.d. mimeo.
- RATTNER, Henrique. Tecnologia e saúde: Um Convívio Sustentável? *Boletim LEAD Brasil*. São Paulo: nº 4, out-dez 1995.
- RATTNER, Henrique. Globalização: em direção a um mundo só? In: BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana (orgs). *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: 1997. pp. 127-148.
- SACHS, I. Em busca de Novas Estratégias de Desenvolvimento. *Estudos Avançados USP*. São Paulo: vol. 9, nº 25, set/dez, 1995.
- SOBRAL, H.R. Globalização_ e Meio Ambiente. In: DOWBOR, L; IANNI, O; RESENDE, P.E. *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. pp.140-146.
- VILELA, R.; IGUTI, M. (1997). Uma análise crítica da ISO 14000. Piracicaba, mimeo.
- United Nations Development Programm. *Human Development Report*. N. York, Oxford: Oxford Univ. Press, 1990.